

Entre leitura, extensão e cárcere – conversas sobre o projeto *LiLi – Literatura Livre*

Entrevista com Nayara Noronha feita por Núbia Vitória Moreira Diniz

Nayara Noronha

Professora do Departamento de Ciências
Administrativas da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Minas
Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil
Email: nayaranoronha@ufmg.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2481933861134377>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7621-0459>

Núbia Vitória Moreira Diniz

Estudante da Faculdade de Letras da Universidade
Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
nubiavitoria.damiani@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8311305445767365>

Nota da Editora

Em outubro de 2025, a equipe da Revista Interfaces entrevistou Nayara Noronha, professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do projeto LiLi – Literatura Livre. A entrevista apresenta o projeto, desdobra suas ações de leitura e escrita para remição de pena no sistema penitenciário destinado a mulheres, e aborda temas amplos e urgentes como justiça, abolicionismo penal e política pública. A entrevista foi realizada por chamada de vídeo, transcrita e editada pela equipe da Interfaces, e em seguida lida e editada pela entrevistada, a quem agradecemos a disponibilidade e o trabalho.

ENTREVISTADA: Nayara Noronha é professora do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Escritora e extensionista, ela pesquisa e atua, entre outros temas, na interface entre administração pública, políticas de extensão e práticas de formação de leitoras em contextos de vulnerabilidade. Coordena o projeto LiLi – Literatura Livre, desenvolvido em unidades prisionais femininas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com ênfase em obras de autoras mulheres e na remição de pena por meio da leitura.

ENTREVISTADORA: Núbia Vitória Moreira Diniz é graduanda em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ela investiga temas de linguística teórica e computacional, com foco nas interfaces entre morfologia e semântica no Processamento de Linguagem Natural (PLN). Integra a equipe da Interfaces – Revista de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais como estagiária de pesquisa.

Entre leitura, extensão e cárcere – conversas sobre o projeto *LiLi – Literatura Livre*

Núbia Diniz:

Gostaria que você se apresentasse, para em seguida conversarmos sobre o *LiLi*: sua origem e criação, metodologia e prática, impactos sociais e simbólicos. Antes de terminar, fique à vontade para complementar o que considerar necessário e/ou falar sobre algo que não tenha sido abordado.

Nayara Noronha:

Sou a professora Nayara, do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Tenho uma formação na área da administração, e também sou escritora, com um vínculo muito forte com a literatura. Em 2021, quando comecei a trabalhar na Universidade Federal de Minas Gerais, eu precisava apresentar um projeto de pesquisa e pensei em juntar duas coisas que eu gosto em um único projeto: extensão e literatura. Foi quando comecei a pensar e a esboçar a proposta do *LiLi – Literatura Livre*. Todo mundo acha que o *LiLi* é da Faculdade de Letras, mas o meu departamento de trabalho é a Faculdade de Ciências Econômicas. Atualmente, eu sou também estudante: faço Faculdade de Letras na UFMG.

Núbia Diniz:

A nossa primeira pergunta seria sobre a origem e a criação do *LiLi*, com o intuito de oferecer um panorama ao leitor. Como surgiu o *LiLi-Literatura Livre*? Quais foram as primeiras motivações e inquietações para a elaboração desse projeto, para além do seu gosto pessoal e da sua vinculação acadêmica?

Nayara Noronha:

O *LiLi* começa em 2022. Em 2021, a gente ainda estava no contexto da pandemia. Quando eu entrei na UFMG, dei aula no modelo emergencial remoto, e foi só em 2022 que começamos, de fato, a desenhar o *LiLi* e colocá-lo em prática.

A junção inicial partiu do meu interesse, porque eu tenho um perfil muito mais extensionista do que de pesquisadora. Já fazia extensão antes de ser professora da UFMG, quando eu era professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas. Quando comecei na UFMG, conheci a professora Deise Ferraz, do Departamento de Ciências da Administração, e a

professora Carolyne Barros, da Psicologia. Ambas já trabalhavam com o sistema prisional há muitos anos. A Carol, inclusive, é coordenadora do Culthis, um projeto de extensão na Psicologia muito legal que talvez vocês tenham interesse em entrevistar futuramente.¹ E foi quando eu caí, meio que sem querer, no sistema carcerário. Eu queria fazer um projeto de leitura com recorte de gênero, voltado para leituras de autoras mulheres destinadas a um público feminino. Inicialmente eu não tinha pensado no sistema carcerário, mas, conversando com a Carol e com a Deise, descobri que havia a possibilidade, pela resolução nº391 de 10 de maio de 2021 do Conselho Nacional de Justiça, que era muito recente, de remição de pena por meio da leitura.

Assim, juntamos duas coisas que seriam interessantes: o trabalho com formação de leitores e essa legislação recente que permitia a remição de pena. Quem fez a primeira intermediação do projeto com possíveis unidades do sistema prisional foi a professora Carolyne, que já tinha contatos. Eu cheguei totalmente perdida. A ideia inicial era que o projeto acontecesse no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto [PIEP], no Horto, em Belo Horizonte, mas não conseguimos abertura com o juiz. Conseguimos, então, um diálogo muito bom com a doutora Cibele, juíza da comarca de Vespasiano, tanto do Complexo Penitenciário Feminino de Vespasiano quanto do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, que é onde o projeto acontece.

Até agosto de 2022 trabalhamos na tentativa de estabelecer contato, enviar e-mails e marcar reuniões. Em setembro de 2022, consegui marcar uma reunião com a doutora Cibele e acordamos o projeto, que teve início em outubro. Os dois objetivos principais são a formação de leitores e a remição de pena, e o projeto acontece nesta unidade específica porque foi onde tivemos abertura por parte da juíza.

Núbia Diniz:

Existe uma metodologia específica com que vocês trabalham? Uma linha teórica, um princípio de escuta coletiva ou individual? São reuniões coletivas, certo? Como isso tem funcionado?

Nayara Noronha:

O método foi se desenhando aos poucos, com inspiração e base na etnografia. Trabalhamos com diários de campo: as alunas extensionistas produzem diários de campo e as participantes, mulheres privadas de liberdade a quem chamamos

1 [Nota da Editora] Culthis é um espaço de atenção psicossocial à pessoa presa, ao sobrevivente do cárcere e familiares – para saber mais, acesse: <https://desencarcera.com/noticias/livro-culthis-acolhimento-psicossocial-e-abolicionismo-penal-na-pratica/>

reeducandas, fazem um diário literário. Assim, trabalhamos muito com o princípio da observação participante inspirado na etnografia.

Esse é o ponto inicial, mas o método foi sendo construído à medida que o projeto acontecia. Sentamos em semicírculo, porque nunca temos um espaço grande o suficiente para ficarmos em círculo. Por exemplo, no corredor, as atividades são ruins, porque o formato retangular dificulta que todas escutem. As extensionistas e eu vamos em pelo menos três pessoas, para que possamos nos distribuir entre elas e escutar de diferentes lugares. O que acontece muito é que, enquanto uma fala sobre o livro, outra faz um comentário pessoal com alguém. E tentamos escutar tudo. Se pegarmos diários de campo diferentes escritos a partir de um mesmo dia de projeto, muitas coisas divergem. Muitas vezes, na reunião interna, compartilhamos com todos os extensionistas, inclusive os que não foram, como foi o encontro, quais desafios tivemos, o que funcionou bem, para nivelar o conhecimento. Fazemos também uma discussão crítica sobre o encontro, às vezes sobre a leitura e, na maioria das vezes, sobre o sistema prisional.

De modo geral, o método funciona assim: vamos à unidade, sentamos em círculo, nos espalhamos no espaço; perguntamos o que elas acharam do livro e sentimos o tom de como vai ser a conversa — às vezes o encontro flui naturalmente, outras temos que ficar puxando tópicos para a discussão; recolhemos os diários literários das reeducandas e as alunas produzem os diários de campo com base na etnografia; depois fazemos uma reunião coletiva para discutir os dados, os diários e também os diários literários. Normalmente, é nesses diários literários que aparecem dados mais sensíveis, ou nos diários de campo. Trabalhamos, mais ou menos, com esse método. E, teoricamente — embora o projeto, sobretudo na sua elaboração, tenha um embasamento muito forte na ideia do Antônio Candido, do direito à literatura, de que a literatura é um direito de todas as pessoas, de que todos têm direito de imaginar e fruir, e de que esse direito não deve se restringir a grupos específicos ou de elite² —, à medida que fui estudando e compreendendo o sistema carcerário, a ideia que nos move é a do abolicionismo penal. Esse sistema não deveria existir. Nenhum crime justifica uma mãe estar presa com um bebê. Essas mulheres são muito jovens. Poderia existir outra forma de justiça, uma forma de justiça restaurativa ou de negociação, que permitisse pagar socialmente sem ser por meio do encarceramento com um bebê. Essas são as duas principais correntes teóricas que organizam o projeto.

2 [Nota da Editora] Nayara faz referência, especialmente, ao texto “O Direito à Literatura”, de Antonio Candido, resultado de uma palestra proferida pelo professor em 1988 e publicada pela primeira vez em 1995.

Núbia Diniz:

Como essas reeducandas se relacionam com os textos literários, com os livros e com esse diário que acaba sendo o registro que vocês têm?

Nayara Noronha:

A unidade na qual trabalhamos tem uma particularidade: é destinada a gestantes e mulheres puérperas. Essas mulheres foram presas em outras localidades e são transferidas para o Centro de Referências à Gestante Privada de Liberdade quando grávidas e podem ficar com a criança até um ano de idade. Há uma rotatividade constante de participantes do projeto por vários motivos: elas voltam para suas unidades de origem ou para suas casas; elas entregam seus bebês e, então, são redistribuídas noutras unidades; às vezes não estão passando bem e não querem participar do encontro. Tudo depende muito do grupo. Já tivemos um grupo extremamente participativo, em que todas liam o livro, o que é raro. Normalmente elas não leem o livro inteiro. Essa foi uma decepção inicial para mim. Quando comecei o projeto, imaginei que todas gostariam de ler os livros, mas entendi com o tempo que muitas vezes elas não leem. Não leem por motivos variados, entre eles a falta de tempo – elas são mães por 24 horas. Demoramos, ao construir o acervo, a entender que o nosso papel enquanto extensão universitária é tentar desenvolver nelas o pensamento crítico, e é neste sentido que direcionamos o nosso trabalho, ainda que com dificuldades.

Elas gostam muito de thriller, suspense, romance policial, romance. No início, eu era muito resistente a esses gêneros de entreterimento. Queria discutir temas como maternidade, divisão do trabalho, feminicídio. Depois fui entendendo que, às vezes, a discussão possível é trazer leveza para aquele contexto e oferecer uma esperança mínima de que elas voltarão e reencontrarão suas famílias, um tema recorrente nas discussões. Muitas vezes esse é o limite que a literatura consegue alcançar naquele dia.

Saíu recentemente uma matéria no MGTV sobre problemas do sistema prisional e uma das participantes da reportagem, Ana Paula, que já apareceu publicamente, foi reeducanda e participante do LiLi. Ela estava presa e hoje atua como advogada. Para mim, isso é uma grande reviravolta. Ela já era formada em Direito, e participava muito do projeto, lia todos os livros, alimentava muito as discussões e sempre acreditou que sairia dali. Essa memória é muito forte para mim. Quanto a mim, a liberdade que a literatura permite é justamente essa: apesar de todo o sistema, imaginar a possibilidade de outra vida que não aquela.

Núbia Diniz:

A entrevista tratou, de alguma forma, sobre como o projeto tensiona as políticas públicas de educação e cultura dentro do sistema prisional e também as tensões relacionais entre as educandas e vocês. Se você quiser acrescentar algo, fique à vontade.

Nayara Noronha:

A remição através da leitura ainda é extremamente dependente do interesse arbitrário de alguém com poder jurídico em fazer acontecer. Ela deveria ser uma política nacional: toda unidade prisional deveria ter um projeto de remição. Essa é uma briga minha. Eu, Nayara, tenho interesse em literatura, extensão e direitos humanos, e por isso faço um projeto. Mas, se eu sair, o projeto acaba. Ele deveria ter agentes públicos envolvidos para que continuasse existindo. Inclusive, essa era a ideia inicial: formar agentes dentro da unidade para que replicassem os projetos, garantindo longevidade.

Hoje, a remição nessa unidade depende exclusivamente da UFMG. Neste momento, por exemplo, estou grávida de nove meses e muito tensa com o fato de que, no semestre que vem, estarei de licença. Como o projeto vai funcionar sem mim? Até hoje, só faltei a dois encontros. Ele é muito centralizado na minha figura. O que tensionaria de fato a política pública seria transformar isso em política institucional, não em vontade individual. Pode haver parceria com a universidade? Pode, e eu acredito que a universidade tem muito a contribuir. Mas o projeto precisa ser autônomo dentro da unidade para garantir o acesso universal à remição por leitura. Isso não acontece na maioria dos lugares no Brasil. Depende muito de cada juiz, é um processo arbitrário.

Outra questão é a estrutura. Teoricamente, todas as unidades deveriam ter escola e biblioteca, mas não é a realidade. Na nossa unidade existe uma biblioteca, com alguns livros de qualidade, mas muitos livros velhos, descartados por outros e herdados pela instituição. O acervo tem muitos livros religiosos, em quantidade desproporcional. Se alguém descarta um livro porque não quer ler, por que as reeducandas gostariam?

O Estado precisa olhar para a educação dessas pessoas com foco real na formação delas. Hoje elas assistem a algumas aulas, fazem a prova do Enem ou do Encceja e obtêm ensino fundamental ou médio, mas muitas vezes isso acontece porque a pedagoga pega na mão e acompanha individualmente. Não há uma sala de aula estruturada. Se fosse parte da política pública, o projeto de remição por leitura poderia estar totalmente integrado às aulas de português.

Além disso, a legislação permite remição por outras atividades culturais – esporte e lazer, por exemplo – embora isso quase não seja aplicado. Fizemos, por exemplo, uma oficina de música que não valeu remição, porque foi considerada atividade extra. A legislação permitiria que valesse, mas na prática não vale. Na maior parte das unidades, só a escola e a leitura contam para a remição. Elas poderiam remir muito mais dias do que os quatro que um livro mensal permite. Quatro dias é muito pouco. Muitas têm longas condenações. Juntar quarenta e oito dias de remição em um ano é pouco, mas para um bebê de um ano, 48 dias é muito tempo longe da mãe.

O projeto poderia contribuir muito para a formação dessas mulheres por meio de cultura, esporte, leitura e educação. Essa é a luta de quem trabalha com remição por leitura: que não dependa da vontade individual, e sim que seja uma política nacional que dê autonomia às unidades para terem vários projetos de remição. O sistema prisional, historicamente, ainda se apoia na ideia de que é o trabalho que dignifica, mesmo quando isso significa trabalhar em condições péssimas. E a educação que é ofertada muitas vezes é muito precária, não é uma educação que realmente transforma. Há casos de pessoas que saem e vão para a universidade, mas são exceções. A maioria enfrenta poucas oportunidades. E, na minha opinião pessoal, o sistema não quer realmente incentivar a educação. Não quer que essas pessoas sejam críticas. Prefere mantê-las pacíficas. Por isso a igreja tem muito mais espaço dentro das unidades carcerárias do que a universidade.

Núbia Diniz:

Por tudo o que você disse, torna-se evidente que o Lili nasce de uma perspectiva política, da ideia de desenvolvimento de pensamento crítico, de acesso à literatura, à liberdade. Haveria mais alguma coisa que você gostaria de contar em qualquer um dos âmbitos do projeto? Por exemplo, sobre quem atualmente está no projeto, sobre as extensionistas, os seus parceiros, sobre algum outro professor que também participe?

Nayara Noronha:

Falar dos extensionistas é muito importante. Eu tive muita sorte de encontrar pessoas que se engajaram desde o início na proposta do LiLi. Os alunos de graduação e pós-graduação que se comprometeram e se comprometem fortemente com o projeto, por exemplo: a estudante de graduação Victoria Matias Santos, do curso de Psicologia, é bolsista do PBEXT – Ações Afirmativas e esteve no projeto por três anos, desde o início da sua elaboração; o estudante de graduação Eli Albuquerque Toledo, do curso de Letras, atua como bolsista PBEXT – Ações Afirmativas; a

estudante de Letras Victoria Mayrah Carvalho Gonçalves atua como bolsista PBEXT – Ações Afirmativas; Vitória Valentina Cappellessio Finkler, estudante de graduação em Psicologia, integra o projeto como bolsista PBEXT e, em 2025, o estudante Lucas Henrique Rezende Pereira se juntou ao projeto também como bolsista PBEXT – Ações Afirmativas; a pós-graduanda Júlia Catarine dos Santos Abreu, mestranda em Sociologia, atuou como bolsista na graduação e agora também integra o projeto como voluntária; a mestranda em Administração Mariana Amaral Terra participa na condição de bolsista PROEXT e faz sua dissertação de mestrado sobre o Lili; a doutoranda em Psicologia Poliana de Oliveira Pinto foi bolsista do PBEXT – Ações Afirmativas. Já passaram também outros estudantes, alguns como voluntários e outros bolsistas que contribuíram para a consolidação do projeto. Até agora, não temos nenhum aluno de Administração na equipe.

Eu sou a professora e responsável – é nesse sentido que eu disse que está centralizado em mim –, mas o projeto acontece porque a equipe é muito boa, muito coesa, e todos participam muito. Eu fico feliz de ter encontrado pessoas que se comprometem tanto com a extensão, porque um dos principais pilares para o LiLi funcionar, é não quebrarmos o laço de confiança com as pessoas da unidade. Janeiro é férias e não vai ter projeto? Tem projeto. Julho é férias? Tem projeto. Nunca deixamos de ir. Todos os meses nós vamos. Mesmo nas férias, trabalhamos no projeto de extensão. O projeto nunca para. Às vezes, não temos a reunião interna, mas o encontro na unidade sempre acontece. O mais importante é não quebrar esse vínculo de confiança com elas, e com a unidade também, porque sabemos o quanto é difícil entrar numa unidade prisional. O projeto é uma constância no meio de tantas coisas difíceis: elas não sabem quando o advogado vai, elas não sabem qual é o dia do pré-natal delas, quando o médico vai. O dia que a gente vai, elas sabem: é sempre a segunda quinta-feira do mês. Construir esse laço de confiança é uma das coisas mais importantes. Para isso, eu precisei de extensionistas comprometidos e dei sorte de tê-los encontrado. Em 2024, ganhamos o prêmio no Encontro de Extensão, evento que integra a Sema do Conhecimento, pela relevância acadêmica. As participantes ficaram muito felizes. Esse tipo de incentivo da universidade faz com que os alunos se interessem cada vez mais pela extensão, se envolvam e tenham resultado. Na minha perspectiva, a extensão sempre tem um resultado, e isso é visível durante as atividades. É por isso que eu gosto tanto de fazer extensão e fico feliz que quem participa esteja gostando também.

♦ VOL. 13, 2025, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces – Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

